

INFORMAÇÃO Nº 47/2014

PROCESSO Nº : 5.810/2014

JURISDICIONADA: Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES

ASSUNTO: Representação

EMENTA: Representação nº 7/2014-ML. Saúde. Incompetência do Tribunal. Pelo não conhecimento.

Senhor Secretário,

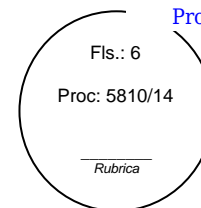
Cuida a presente instrução de verificar a admissibilidade de Representação formulada pelo Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, da Quarta Procuradoria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF - MPJTCDF, fls. 02/05, que se faz acompanhar dos documentos que compõem o Anexo I.

TEOR DA REPRESENTAÇÃO

2. Na referida peça, o nobre Representante requer a fiscalização da utilização de nebulizadores para abordagem terapêutica de pacientes em ventilação mecânica nas Unidades de Tratamento Intensivo – UTI da Secretaria de Saúde – SES/DF.

3. Para justificar o pedido foram relacionados os seguintes argumentos:

- a partir da análise de Nota Técnica exarada pela 2ª PROSUS/MPDFT e dos documentos que a acompanham, foi possível constatar que a SES/DF não foi capaz de esclarecer pontos sobre os procedimentos da nebulização para pacientes sob ventilação mecânica;



- a não padronização de espaçadores e nebulímetros e a restrição a um só broncodilatador em spray revelam a conduta negligente dos gestores, que fragiliza a política de atendimento dos pacientes em ventilação mecânica nas UTIs da SES/DF. Tal fato pode ensejar a indisponibilidade de qualquer modalidade terapêutica em aerosol;
- tratando-se de material/medicamento de uso indispensável nas UTIs, deveria haver ao menos justificativa do motivo de as medidas necessárias, suficientes e eficazes à multiplicidade de opções para garantir continuidade da terapêutica inalatória para pacientes em ventilação mecânica da rede da SES/DF não terem sido adotadas;
- informações contraditórias e dissonantes prestadas por agentes públicos em meio aos esclarecimentos prestados pela SES/DF, revelando a falta de conhecimento efetivo do assunto em análise; e
- falta de critérios baseados em um planejamento sustentável para a atuação dos serviços prestados como um todo no âmbito da SES/DF.

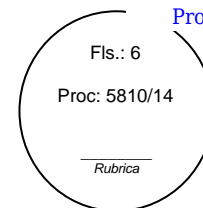
4. Assim, por entender que a conduta dos gestores não está em consonância com a redução da possibilidade de intercorrências nos tratamentos de pacientes em ventilação mecânica nas UTIs, o *Parquet* aponta possível violação aos princípios do interesse público, da eficiência, da continuidade do serviço público, da finalidade e da própria dignidade da pessoa humana.

5. Ao final, o MPjTCDF formula o seguinte pedido ao e. Plenário desta Corte:

I.conheça da presente representação;

II.conceda prazo à SES/DF para que apresente esclarecimentos a respeito dos fatos narrados; e

III.encaminhe o processo à Unidade Técnica para promover a instrução dos autos e inspeção ou outras diligências que se fizerem necessárias com o objetivo de verificar a abordagem terapêutica utilizada no tratamento de pacientes em ventilação



mecânica nas Unidades de Tratamento Intensivo da SES/DF, mais especificamente quanto à falta de padronização dos espaçadores ou nebulímetros e da utilização de um único medicamento broncodilatador, em spray, no tratamento. (fl. 5).

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

6. O exame das representações passou a ser regido, nesta Corte de Contas, pela Emenda Regimental nº 35/2012, que estabeleceu nova redação para o art. 195 do RI/TCDF.

7. Desse modo, impõe-se a verificação da presença, no documento em exame, dos elementos aptos à admissibilidade do mesmo pela Corte, conforme preveem os incisos I a IV do referido dispositivo legal

Inciso I (caracterização circunstanciada da situação) e II (ser redigida em linguagem clara e objetiva.)

8. Requisitos atendidos, conforme atesta a descrição dos §§ 2 a 5 supra.

Inciso III - estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada, apresentando, sempre que possível, a indicação dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido;

9. Requisito atendido. A inicial fundamenta-se em Nota Técnica expedida por Analista de Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e endereçada à Promotoria da 2ª PROSUS (FLS. 1/3 do Anexo I). Referida peça, expõe, ao final, premissas acerca do tema em discussão.

10. Considerando que tal Nota ostenta presunção, ainda que relativa, de veracidade, entendemos cumprido o requisito em exame.

Inciso IV - enquadramento da matéria nas competências do Tribunal;

11. **Requisito não atendido.**



12. O *caput* do art. 195 dispõe que somente serão conhecidas as representações afetas ao exercício da administração **contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** dos órgãos e entidades jurisdicionados.

13. Os fatos narrados pelo MPJTCDF dizem respeito, sobretudo, à **abordagem terapêutica** utilizada em pacientes na SES. Discute-se, também, a **falta de padronização dos espaçadores ou nebulímetros** e da **utilização de apenas um medicamento broncodilatador**. As expressões em destaque foram extraídas do Item III do Pedido formulado pelo *Parquet*.

14. Ocorre que, sob tal ângulo, essas questões não são de competência desta Corte, visto que não tratam de aspecto contábil, financeiro, orçamentário, operacional ou patrimonial da Secretaria de Saúde.

15. Observa-se, em acréscimo, que as competências desta Corte estão dispostas no art. 1º da Lei Complementar nº 01/94. *Data maxima venia*, não extraímos, dos respectivos incisos, a autorização legal para que o Tribunal se pronuncie sobre questões afetas à abordagem terapêutica de pacientes. Cabe ao Tribunal, consoante o § 1º do citado dispositivo, decidir sobre a **legalidade, a legitimidade e a economicidade** dos atos de gestão.

16. E assim tem procedido esta Corte em diversas ações de controle na Secretaria de Saúde.

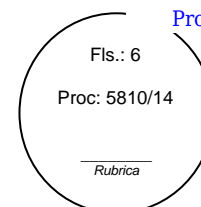
17. Trazemos à colação, a título de exemplo, os feitos abaixo listados, considerando **apenas os processos com carga nesta Divisão neste momento**:

Tema/área	Processo	Sinopse
Aquisição de medicamentos e insumos de saúde	7952/2012	SES X LABINBRAZ COMERCIAL LTDA - Aquisição de reagentes para a realização de exames de bioquímica (glicose, uréia, creatinina, colesterol e outros) para 31 equipamentos totalmente automatizados já instalados nas Unidades Laboratoriais da Rede SES/DF.
	26006/2005	Análise de Pregão nº 445/2005, lançado pela Secretaria de Fazenda - aquisição de material farmacológico (alopurinol



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC 9DF9F890
Proc 5810/2014

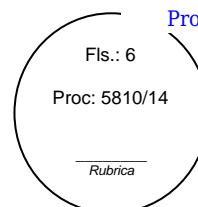


Tema/área	Processo	Sinopse
		300 mg) para inclusão no Sistema de Registro de Preços.
	29884/2011	Pacientes portadores de fibrose cística - fornecimento de medicamentos pela Secretaria de Saúde.
	3338/2014	Contrato nº 021-A/2014-SES/DF com a empresa Labinbraz Comercial Ltda para contratação emergencial dos itens reagentes para realização de exames de Bioquímica, para uso em equipamento automatizado. Dispensa de Licitação - DL nº 012/2014.
	37061/2013	Atraso no pagamento de medicamentos entregues pela empresa Geolab Indústria Farmacêutica S/A à Secretaria de Estado de Saúde.
Manutenção de equipamentos	18062/2012	Representação nº 018/2012 - DA. Denúncia acerca de eventuais irregularidades nos contratos firmados entre a Secretaria de Saúde do DF e a empresa Instrumental Científico Equipamentos para Laboratórios Ltda..
	4606/2013	Cumprimento do item VII - Decisão nº 6017/2012 - manutenção de caldeiras a partir de 2011.
Condições físicas das unidades de saúde	41909/2009	Ofício 251/2009-CF. Aquisição e manutenção de elevadores das unidades de saúde.
	29680/2011	Ofício nº 73/2011 - CF. Reformas de diversos Postos de Saúde. Exame nos termos da Portaria nº 27/09
	27040/2013	Verificar as condições de funcionamento do Hospital Infantil de Brasília - HMIB.
Prestação de serviços de saúde	17708/2012	Representação nº 25/2012-CF - crise na neurologia do HBDF
	3044/2014	Contrato nº 018/2014-SES/DF. Empresa ITMS do Brasil Ltda. Contratação emergencial de serviços de Telemedicina, para realização de exames de ECG, Holter, Mapa e Segunda Opinião Médica em Cardiologia.
	10313/2010	Contratar serviços médicos ambulatoriais de Terapia Renal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC 9DF9F890
Proc 5810/2014

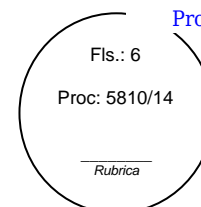


Tema/área	Processo	Sinopse
		Substitutiva - TRS, para até 200 (duzentos) pacientes, a fim de complementar os serviços próprios e conveniados.
	15934/2012	Decisão n.º 2808/2012 - contratação de serviços médicos hospitalares
	29744/2011	Contrato firmado entre a SES e a INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA. Fornecimento de mão de obra especializada em medicina intensiva, para os leitos de UTI, para o Hospital Regional de Santa Maria. Autuados os processos n.ºs: 26256/13 para atender ao item 5-d da Decisão n.º 3331/13 e o Pc 26248/2013 para atender ao item 5-e.
	18653/2011	Representação n.º 12/2011-CF. Tratamento das doenças da coagulopatia no DF.
	34259/2013	Contratos emergenciais n.º 020/2013 (Clínica Radiologia Alvorada), n.º 021/2013 (Clínica Diagnostik S.C.) e 022/2013 (Serviços Hospitalares Yuge). Prestação de serviços de Ressonância Nuclear Magnética (RNM). Ofício n.º 085/2013-MF.
	16978/2013	Contratos n.ºs 026/2012 e 30/2013 (Truckvan Indústria e Comércio), 030/2012 e 031/2013 (Gebramed Comércio e Representações Ltda). Unidade Móvel da Saúde da Mulher.
	12506/2013	Ofício n.º 067/2013 – CF que tem por objeto a fiscalização do contrato para prestação de Serviços de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade a pacientes usuários do SUS.
	38491/2013	Autuado por força do item III "b" da Decisão n.º 6230/2013: "... a instauração de processo para análise e acompanhar contrato celebrado com a empresa responsável pela incineração dos produtos hemoderivados..."
Contratos de Gestão e	20865/2012	Representação n.º 32/2012-CF - Contrato de Gestão n.º 01/09 - organização, implementação, execução e operacionalização das ações e serviços de assistência à saúde do Hospital de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

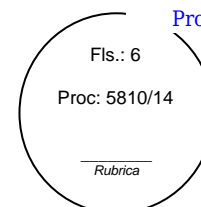
e-DOC 9DF9F890
Proc 5810/2014



Tema/área	Processo	Sinopse
Convênios		Santa Maria.
	11490/2007	Ofício 075/2007 - PG - Convênios celebrados entre a SES e instituições de ensino.
	16940/2010	Contrato de gestão entre a SES e a CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, para gerenciar e operacionalizar ações e serviços de saúde das UPAs do Recanto das Emas e de São Sebastião.
	36502/2013	Análise do Contrato de Gestão nº 001/2013-SES/DF entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada - ICIPE.
Serviços de apoio	9330/2013	Contrato nº 185/2012 - SES e SANOLI para prestação de serviços especializados de preparo, fornecimento e distribuição de refeições para pacientes, acompanhantes e servidores da SES.
	25226/2011	Representação da empresa City Service Segurança Ltda. Contratação de serviços de vigilância.
	25085/2012	Representação da Empresa Juiz de Fora de Serviços Gerais Ltda., que trata do Contrato nº 182/2011, com a Secretaria de Saúde, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza, higienização, conservação, asseio e desinfecção dos bens móveis e imóveis.
	19999/2012	Representação da Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. com a SES, que tem por objeto a contratação de prestação de serviço vigilância armada e desarmada.
	3910/2013	Contratos firmados entre a SES e as empresas: Contrato nº 186/2012-SES e a empresa IPANEMA; Contrato nº 187/2012-SES e a empresa IPANEMA; Contrato nº 188/2012-SES e a empresa IPANEMA; Contrato nº 189/2012-SES e a empresa BRASÍLIA EMPRESA DE SEGURANÇA; Contrato nº 190/2012-SES e a empresa CONFEDERAL, para prestação de serviços de vigilância



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

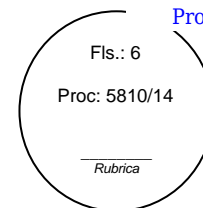


Tema/área	Processo	Sinopse
		armada e desarmada; Contrato nº 177/2013-SES/DF e a empresa BRASÍLIA EMPRESA DE SEGURANÇA S/A; Contrato nº 178/2013-SES/DF e a empresa LEMA SEGURANÇA LTDA.; Contrato nº 183/2013-SES/DF e a empresa IPANEMA SEGURANÇA LTDA.; Contrato nº 184/2013-SES/DF e a empresa IPANEMA SEGURANÇA LTDA.; 185/2013-SES/DF e a empresa IPANEMA SEGURANÇA LTDA; Contrato nº 189/2013-SES/DF e a empresa CONFEDERAL VIGILÂNCIA DE TRANSPORTES DE VALORES LTDA.
	33372/2010	Dispensa de Licitação para prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna com fornecimento de mão-de-obra nas Unidades da Secretaria de Estado de Saúde, em caráter emergencial.
	36308/2013	Contrato nº 209/2013-SES/DF entre Secretaria de Estado de Saúde e a empresa CIAL Comércio e Indústria de Alimentos LTDA. Contratação direta emergencial da prestação de serviços para fornecimento de alimentação especial para pacientes, seus acompanhantes e agentes públicos no Hospital Regional de Santa Maria - HRSM.

18. O rol acima demonstra a diversidade das fiscalizações na área de saúde a cargo desta Unidade.

19. Neste cenário, considerando também a necessidade de controlar de outros órgãos jurisdicionados, entendemos que os esforços do corpo técnico devam ser voltados a temas que se insiram em atribuições legais da Corte de Contas, quais sejam, aspectos de ordem orçamentária, financeira, operacional e patrimonial. Busca-se, desse modo, privilegiar, em última instância, a eficácia na atuação do Tribunal.

20. Assim, embora seja louvável a preocupação do *Parquet*, no sentido de propiciar a oferta adequada dos serviços de saúde, consideramos que,



sob o viés pretendido pelo MPJTCDF, a matéria trazida não é de competência deste Tribunal.

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

21. A Representação oferecida pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas não preenche os requisitos de admissibilidade, vez que não atende ao disposto no inciso IV do art. 195 do RI/TCDF, bem como por se tratar de matéria não contemplada no art. 1º da Lei Complementar nº 01/94.

22. Acrescentamos que, em diversos outros feitos, o Tribunal tem exercido o controle na área de saúde, mas não sob o viés pretendido pelo MPJTCDF, que requer fiscalização sobre abordagem terapêutica e outros aspectos alheios à competência desta Corte.

23. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento dos autos ao Exmo. Senhor Relator que vier a ser nomeado para os autos, com vistas à adoção das seguintes medidas:

I) não conhecer da Representação nº 07/2014-ML, por se tratar de matéria não contemplada no art. 1º da Lei Complementar nº 01/94, e portanto, não atender o disposto no inciso IV do art. 195 do Regimento Interno.

II) autorizar o arquivamento dos autos.

Segunda Divisão de Acompanhamento, 27 de março de 2014.

Marcos Aurélio dos Santos
Diretor